



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**FERNANDO DA SILVA FELIX**

**ANÁLISE DO IMPACTO FINANCEIRO DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO  
DE AREIA**

CAMPINA GRANDE – PB

Março de 2014

**FERNANDO DA SILVA FELIX**

**ANÁLISE DO IMPACTO FINANCEIRO DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO  
DE AREIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Bacharelado em Administração da  
Universidade Estadual da Paraíba como  
requisito para obtenção do grau acadêmico

Orientador: Prof. João Rodrigues dos Santos

CAMPINA GRANDE – PB

Março de 2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F316a Félix, Fernando da Silva

Análise financeira do programa bolsa família no município de Areia [manuscrito] / Fernando da Silva Felix. - 2014.  
21 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Prof. Msc. João Rodrigues dos Santos, Departamento de Administração e Economia".

1. Políticas públicas. 2. Bolsa família. 3. Impacto financeiro  
I. Título.

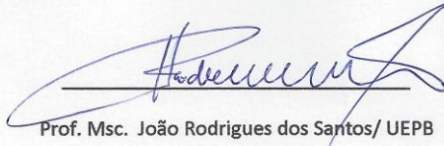
21. ed. CDD 361.25

**FERNANDO DA SILVA FELIX**

**ANÁLISE DO IMPACTO FINANCEIRO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO  
MUNICÍPIO DE AREIA**

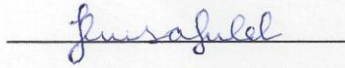
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Bacharelado em Administração da  
Universidade Estadual da Paraíba como  
requisito para obtenção do grau acadêmico.

Aprovada em 06/03/2014.



Prof. Msc. João Rodrigues dos Santos/ UEPB

Orientador



Prof. Msc. Luis de Sousa Lima/ UEPB

Examinador



Profª Mscª. Kaline Di Pace Nunes/ UEPB

Examinadora

## SUMÁRIO

3.	INTRODUÇÃO.....	06
4.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	07
4.1	GESTÃO PÚBLICA .....	07
4.2	GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO NO MUNICÍPIO DE AREIA .....	12
	O QUE É CADASTRO ÚNICO	
5.	METODOLOGIA .....	13
6.	ANÁLISE DE RESULTADOS .....	14
6.1	IMPACTO FINANCEIRO DO BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE AREIA .....	14
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	19
8.	REFERÊNCIAS .....	20

# ANÁLISE DO IMPACTO FINANCEIRO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE AREIA

**Fernando da Silva Felix**

[felixdsf@gmail.com](mailto:felixdsf@gmail.com)

Graduação em Administração  
Universidade Estadual da Paraíba

**Área Temática:** Gestão Pública

## 1. Resumo

Os estudos e debates referentes ao Programa Bolsa Família ganham bastante destaque quando se fala em políticas públicas e tem sua principal base no aspecto social. Entretanto, é importante levar em conta a importância financeira do programa e o aspecto econômico que afeta o social, já que o programa é uma política de renda condicionada e que tem envolvimento direto com a distribuição de renda para uma parte da população considerada vulnerável socioeconomicamente. Este trabalho visa apresentar o impacto financeiro do programa Bolsa Família dentro do município de Areia levando em conta os valores repassados pelo Governo Federal para o programa Bolsa Família comparando com outras variáveis como o Fundo de Participação dos Municípios, a folha de pagamento de Pessoal e Encargos Sociais da Prefeitura Municipal de Areia e o valor de repasse do Fundo de Desenvolvimento da Educação da Básica para o município. Constatou-se que o impacto financeiro do programa Bolsa Família no município é significativo e cria um ciclo econômico que favorece toda a sociedade.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas, Bolsa Família, Impacto Financeiro

## 2. Abstract

The studies and discussions relating to the Bolsa Família Program gain enough attention when it comes to public policy and has its main base in the social aspect . However, it is important to take into account the financial importance of the program and the economic factor that affects the social , since the program is a conditional cash policy and has direct involvement in the distribution of income for part of the population considered vulnerable socioeconomically . This paper presents the financial impact of the Bolsa Familia program within the Areia taking into account the values passed by the Federal Government for the Bolsa Família program compared with other variables such as the Municipalities Participation Fund , the payroll for Personnel and Payroll social of the City of Sand and the amount of transfer from the Fund for the Development of Basic Education for the county . It was found that the financial impact of the Bolsa Familia program in the city is significant and creates an economic cycle that favors the whole society

**Keywords:** Public Policy, Bolsa Familia, Financial Impact

### 3. Introdução

No século XXI a evolução da tecnologia e o processo de globalização trouxeram desenvolvimento e a criação de um cenário onde os países estão interligados e certas mudanças econômicas tem uma amplitude maior. As crises ganharam uma proporção global e a intervenção na economia por parte do governo tornou-se cada vez mais necessária.

Diante dessa realidade, as políticas públicas ganharam maior notoriedade e começaram a ser vistas como agentes de mudança que influenciariam e determinariam o rumo de alguns setores do país. Além disso, o uso de políticas públicas se tornou essencial para inserir uma camada da população no mercado e consequentemente gerar um desenvolvimento igualitário com uma maior distribuição de renda entre as classes de trabalhadores.

Partindo do princípio que para o desenvolvimento de um país se faz necessário mudanças estruturais que valorizem o trabalhador, criem mais empregos e gerem renda criando um ciclo vicioso e dinamizando a economia, o Brasil começou a investir em políticas públicas para a geração de mais empregos. Outro investimento importante seria na Educação para o surgimento de mão-de-obra qualificada. Uma das maneiras encontradas pelo governo de Lula no ano de 2003 para o enfrentamento das desigualdades sociais e o desenvolvimento do país foi à implementação de políticas públicas e com destaque para o Bolsa Família, um programa de geração de renda condicionada onde a educação e saúde se tornaram pilares para a construção de política social.

O Programa Bolsa Família teve seu início em 2003, onde atingiu 3.600.000 famílias nesse primeiro ano e ganhou proporções bem maiores com o início de programas como o Farmácia Popular, ProJovem e vários outros programas interligados com o objetivo da superação da extrema pobreza e diminuição das desigualdades sociais no país.

A principal exigência do Programa Bolsa Família desde a sua origem são as condicionalidades de saúde e educação, sendo assim, o beneficiário deve fazer um acompanhamento tanto da frequência escolar dos filhos como da saúde de todos os membros da família juntamente aos órgãos competentes. Essas condições e o perfil exigido pelo programa é que determinam o recebimento ou não dos benefícios.

Embora o programa tenha recebido ao longo desses 10 anos várias premiações, ainda assim, existem dezenas de questionamentos em relação à eficiência do programa. Alguns especialistas criticam desde a estrutura do Programa Bolsa Família até os ciclos viciosos que ele pode provocar quando distribui renda sem que haja o trabalho propriamente dito.

Porém existem dezenas de estudos que comprovam a eficiência do programa e as mudanças que ele provocou em algumas áreas, como educação, saúde e na economia.

Levando em conta essas pesquisas e a importância do Programa Bolsa Família no cenário nacional e internacional, identificamos o programa como uma importante política de geração de renda condicionada que movimenta a economia devido a transferência de renda e concentração de renda na mão de uma classe social menos favorecida e que sofre com as desigualdades sociais de forma mais agravante.

Sendo assim, o presente trabalho tem o objetivo de analisar o impacto financeiro do Programa Bolsa Família no município de Areia, localizado na Paraíba a partir de uma comparação entre a Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família e o Fundo de Participação dos Municípios, o Fundo Nacional da Educação Básica e a Folha de Pessoal e Encargos Sociais da Prefeitura Municipal de Areia no ano de 2013.

A cidade escolhida fica no brejo paraibano e possui atualmente uma população estimada em 23.472mil habitantes segundo dados do Censo 2010 realizado pelo IBGE. O município vive principalmente da agropecuária e seu PIB é cerca de 117.123 mil reais a preços correntes. Atualmente estão cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais cerca de 5.591 famílias, segundo dados de Maio de 2013 e, dentre elas, 3.661 são beneficiárias do Bolsa Família no município.

Diante do exposto, questiona-se qual o impacto financeiro do programa no município. Este estudo tem como objetivo analisar impacto financeiro do programa bolsa família no município de areia comparado com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb) e a folha de Pessoal e Encargos Sociais da Prefeitura Municipal de Areia no ano de 2013.

#### **4. Referencial teórico**

##### **4.1 Gestão Pública**

A gestão pública é responsável pela administração dos bens públicos e do interesse público ou que envolva este. Ela através do gestor público é responsável por atividades de controle e produção de bens públicos que pode ser vista nos três níveis da administração pública, seja união, estados ou municípios. A satisfação dos interesses coletivos é de responsabilidade da Administração Pública que é formada por Legislativo, Judiciário, Executivo e que também envolve os funcionários públicos.

No Brasil a Constituição Federal de 1988 foi um grande marco para mudanças significativas na gestão pública. Ocorreram algumas mudanças importantes como a descentralização de algumas políticas públicas, entre elas, saúde e educação. O Estado democrático que trouxe a possibilidade de o povo escolher o Presidente da República por meio do voto direto foi outra mudança importante. E uma terceira mudança que teve destaque foi a Profissionalização do Serviço Público, onde a nota em concurso público seria a forma de seleção para entrar no serviço público. Essas mudanças importantes podem ser vistas no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

Com isso, a Gestão Pública teve uma evolução ao longo desses anos e vem ganhando uma maior força em termos de descentralização. Agora o poder não está só centralizado no Governo Federal, mas ganhou espaço e atuação dos Estados e Municípios. As políticas públicas que agora podem surgir de qualquer um desses governos se expande e ações bem implantadas em um Estado podem ser melhoradas e até aplicadas pelo Governo Federal.

Alguns programas como o próprio Bolsa Família, o Programa Farmácia Popular e vários outros programas necessitam de uma cooperação entre as três esferas do Governo para que sua aplicação possa atingir toda a nação e ter resultados positivos.

Outro grande avanço já citado foi a construção de um estado democrático, trazendo a possibilidade e o poder para as mãos do cidadão que passou a ter direito a escolher seu próprio Presidente através do voto direto.

Essa grande evolução proporcionou ao cidadão o direito de uma escolha justa e que dava o direito ao cidadão de uma cobrança baseado nas suas escolhas.



E como última mudança de destaque, mas não menos importante contida no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, a investida em cargo público através de concurso público. Algo bastante significativo e que fez jus a importância do cargo.

Quando o assunto é Gestão Pública, é essencial falar dos seus princípios que devem servir como regras a serem seguidas para interpretação das normas jurídicas. Como previstos no Artigo 37 da Constituição Federal, os princípios são: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Cada princípio desses deve nortear a tomada de decisão e são de fundamental importância na construção de um governo igualitário e na gestão efetiva dos recursos públicos.

O princípio da Legalidade enfatiza que os conflitos devem ser resolvidos pela lei, sendo assim, os administradores devem agir de acordo com o que a lei prevê e na ausência dela devem silenciar. Já o princípio da Impessoalidade vem fortalecer os direitos do cidadão, evitando as ações discriminatórias que abusam do poder e favorecem as pessoas sem que se justifique em razão do interesse público.

O princípio da Moralidade determina que a administração deve atuar de acordo com a lei. Qualquer ato considerado imoral é tido como ato ilegal e que não está previsto na constituição, sendo assim, ato inconstitucional. Esse princípio ainda determina que o poder Judiciário deve julgar essas ações e coloca qualquer ato administrativo sujeito ao controle do Poder Judiciário.

Um princípio que vem sendo visado cada vez mais é o Princípio da Publicidade que determina que a Gestão Pública deva fornecer dados solicitados e de interesse particular ou coletivo com exceção dos assuntos sigilosos e que se referem à segurança da sociedade e do Estado.

É exigida a transparência das ações da Administração e hoje já existem diversas formas de apresentar e levar até o cidadão dados e informações do seu interesse. A transparência é vista hoje como obrigação das três esferas do Governo e é uma forma de diminuir e até mesmo evitar a corrupção.

Além disso, a transparência favorece os governos que realmente trabalham e fazem uma gestão participativa, envolvendo o povo e tomando decisões em prol da sociedade.

O último princípio previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 é o Princípio da Eficiência que prevê a eficiência na execução dos serviços públicos. Os serviços devem ser prestados com qualidade e serem melhorados com economia de despesas. É um princípio que precisa ainda ser mais levado em conta por algumas gestões e como forma de acabar com a ideia que a Gestão Pública é ineficiente e lenta.

No aspecto de eficiência, a Gestão Pública ou Administração Pública muitas vezes é comparada com a Administração Privada e suas ações em certos aspectos. Para uma melhor caracterização da Gestão Pública e a identificação de diferenças básicas entre os dois tipos de Gestão em relação aos aspectos econômicos, político e organizacional, o autor (Freitas, 1980) fez um quadro demonstrativo com essas diferenças, o qual segue abaixo.

## DIFERENÇAS BÁSICAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICA E PRIVADA

ASPECTO	ADM PÚBLICA	ADM PRIVADA
Político	Funcionamento e resultados têm impacto político. As decisões sofrem ingerências políticas.	Há autonomia decisória. O impacto político é menor.
Econômico	Orientada para o bem-estar social. Output em grande parte não mensurável. Ausência de competição. Rentabilidade dispensável.	Orientada para o lucro. Output mensurável. Competição. Rentabilidade vital para a sobrevivência.
Organizacional	Afetada por forças externas. Rotatividade. Objetivos econômicos e sociais.	Controle amplo sobre ela mesma. Objetivos econômicos. Estabilidade da gerência. Riscos.

Freitas, 1980

É possível visualizar nesse quadro as diferenças e a diferenciação nas formas de atuação que também resultam em diferentes resultados de acordo com o interesse exposto.

A delimitação da Gestão Pública bem como sua atuação é outro fator importante e que norteia a ação em termos geográficos, funcionais e setoriais. A sua execução é delimitada pela esfera governamental a nível internacional, nacional, estadual ou municipal.

Quanto as funções podemos destacar a Gestão de Recursos Humanos, a administração de materiais e o controle financeiro bem como a função orçamentária.

Quanto aos setores, pode variar de acordo com a esfera do Governo e a necessidade existente. Porém as mais comuns são os setores de tecnologia, comunicação, assistência social, agricultura, pecuária, justiça, meio ambiente e outros.

Em termos de atuação, as políticas públicas são uns dos grandes instrumentos de Gestão Pública. Hoje em dia existem milhares de políticas públicas em vários setores que são muitas vezes vistas como um complemento da atuação das esferas governamentais nas suas ações de atendimento a diversos setores da sociedade civil.

Nos últimos anos uma das políticas públicas que vem ganhando destaque são as políticas públicas de geração de renda condicionada que tem como principal objetivo gerar renda tendo como exigência o cumprimento de algumas condições.

Um exemplo disso é o Programa Bolsa Família que gera renda para os beneficiários e em troca exige algumas condições relacionadas à Educação e Saúde. O programa exige que as família matriculem as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e com frequência escolar mínima mensal de 85% da carga horária mensal. Os estudantes que possuem idade entre 16 e

17 anos devem ter uma frequência de no mínimo 75% da carga horária mensal. Quanto as crianças e adolescentes em risco de trabalho infantil ou retiradas pelo Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), devem participar do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) do Peti e ter uma frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

Na área de saúde, toda família assume o compromisso de ter o cartão de vacina atualizado com toda vacinação em dia e acompanhar o crescimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa etária de 14 até 44 anos devem o acompanhamento da saúde e no caso de gestantes ou nutrizas (lactantes), é necessário realizar o pré-natal e acompanhamento da sua saúde e do bebê.

Essas condições fazem parte da estrutura do programa e asseguram um crescimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes, além de uma preocupação da família com as questões que envolvem saúde e educação. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome juntamente com os municípios e governos estaduais é o responsável pela gestão das condicionalidades. Desde o monitoramento, fiscalização, até a responsabilização do poder público e identificação dos descumprimentos, bem como as ações cabíveis e necessárias para a gestão dos benefícios e das condicionalidades.

Todas essas condições atreladas a geração de renda geram diversos impactos na sociedade. Um deles é o impacto financeiro com a injeção de capital que o governo faz ao pagar os benefícios de milhões de famílias mensalmente. Essa ação do governo é descrita por alguns especialistas como uma um gasto desnecessário e que o dinheiro poderia ser investido em outras áreas e com maiores resultados. Entretanto, outros especialistas consideram a distribuição de renda como um importante mecanismo que alimenta a economia e coloca as classes sociais mais vulneráveis dentro do ciclo de consumo.

Keynes em suas teorias já descrevia a importância dos gastos públicos e considerava necessário.

Segundo Santos, T. B.(2012) em Uma Análise Financeira do Programa Bolsa Família, considera que:

” Na crise financeira de 2008, o modelo keynesiano foi o principal fator de ajuste do mercado. Os governos tiveram que realizar intervenções para resgatar instituições privadas por meio de pacotes econômicos. Assim foi enfraquecida a tese da auto-regulação dos mercados e deu-se o início de uma nova estratégia para o equilíbrio econômico (PASTOR; BREVILHERI, 2009, p. 144).

Pereira e Almeida (2011, p. 10-11) descrevem que a proposta de Keynes ajudou no enfrentamento da crise de 2008 nos seguintes aspectos: 1) aumenta os gastos e investimentos públicos para satisfazer as necessidades sociais e para atuar de forma contra-cíclica juntamente com a elevação dos impostos; e, 2) coordena, planeja e dá suporte aos investimentos privados. Nesse sentido, Keynes enxergava as medidas de transferência de renda como favoráveis ao crescimento econômico, pois aumenta a propensão ao consumo da população mais vulnerável.

Com a elevação da renda real, as pessoas tendem a gastar uma parte em consumo e outra parte é poupada (HELLER, 2001, p. 14). No caso brasileiro, a política de transferência de renda tem o principal objetivo de erradicar a fome e a miséria, assim o recurso repassado é empregado em maior parte no consumo, pois os beneficiários ainda não têm condição para poupar.

Esses recursos que de certa forma voltam para a economia e criam um ciclo que acaba gerando renda para toda a sociedade. O programa dessa forma torna-se importante até para os pequenos comerciantes que ganham com uma maior circulação de renda no município. Principalmente os municípios de pequeno porte que na maioria das vezes tem boa parte da população vivendo dos benefícios sociais e da folha de pagamento da prefeitura municipal.

O repasse desses recursos feito pelo governo federal é parte de uma política pública de distribuição de renda que busca criar esse ciclo para movimentar o comércio local.

O próprio Keynes descreve as políticas públicas como uma ação governamental necessária e que busca amenizar ou resolver problemas sociais principalmente nas classes mais vulneráveis. Entretanto, as políticas públicas também podem ter um objetivo diferente do foco principal e atuarem como fomentador do desenvolvimento através da criação de mecanismos e políticas estruturadas para geração de renda e empregos, trazendo melhores condições de vida para a população e atuando no setor econômico como um agente importante de intervenção.

A formulação dessas políticas públicas depende muito da demanda existente na sociedade e da direção que os governantes tomam em meio às necessidades existentes e a pressão por parte da própria sociedade para que haja uma melhora em alguns setores e o cumprimento dos direitos do cidadão, um objetivo do chamado Estado Providência ou Estado de Bem-Estar Social e que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. “O Estado de Bem-Estar Social é uma expressão da proteção concebida pelo Estado como direito à cidadania”. (DALLARI, 2007, p. 66)

Na busca pela criação desse estado igualitário e onde exista o mínimo de bem estar social, o governo se utiliza das políticas públicas específicas, como a de distribuição de renda que procura transferir valores financeiros para uma parte da sociedade que é mais vulnerável e consequentemente inserir essas pessoas na economia local. A inserção dessas pessoas na economia local é de forma gradativa e ao mesmo tempo denota a importância da chamada busca pela “Porta de Saída” do Programa Bolsa Família e que é altamente necessária para que essas famílias possam sair da vulnerabilidade socioeconômica e passar para a classe média da sociedade brasileira. Essa porta de saída já vem sendo trabalhada pelo governo federal através da criação de programas que procuram valorizar o beneficiário e prepara-los para o mercado, como o programa de qualificação do ensino técnico, o Pronatec.

Dessa forma, é visível que em meio aos protestos da sociedade, se faz necessária a criação de políticas públicas e sociais que atendam a demanda da sociedade e resolvam os conflitos. Para isso, os governos criam diversas maneiras de suprir as necessidades utilizando-se da criação de políticas públicas com diferentes tipos de atuação e com diferentes graus de intervenção como pode-se verificar na visão de TEIXEIRA, (2002, p.3) em “O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade” que as políticas públicas quanto a sua natureza e ao grau de intervenção podem ser estrutural e conjuntural ou emergencial. Quanto à abrangência dos possíveis benefícios podem ser universais, segmentais ou fragmentadas. E quanto ao impacto que podem causar aos beneficiários ou ao seu papel nas relações sociais, podem ser distributivas, redistributivas e regulatórias.

Através da análise da visão de TEIXEIRA (2002, p.3), logo acima e da definição do programa Bolsa Família, fica evidente que o Bolsa Família como política pública e quanto ao seu grau de intervenção é uma política pública estrutural, segmentada e distributiva.

Além de ser uma política que interfere nas relações estruturais como renda e ser específica para um segmento da população, no caso as famílias que se encaixam dentro do perfil de baixa renda, é também uma política distributiva, a qual é uma das suas principais características. A distribuição de renda acontece por meio do pagamento de benefícios mensais aos beneficiários do programa Bolsa Família. Os pagamentos são retirados com cartões magnéticos que pertencem ao beneficiário.

## **4.2 Gestão do Cadastro Único no Município de Areia**

### **O que é o Cadastro Único**

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é a ferramenta utilizada pelo Governo Federal para cadastramento, identificação e caracterização das famílias com perfil de baixa renda. O perfil de baixa renda é aquele onde a renda mensal por pessoa é de até meio salário mínimo ou a renda mensal total é de até 3 salários mínimos. O Cadastro Único é utilizado pelo governo para conhecer a realidade das famílias brasileiras de baixa renda ou vulneráveis. O cadastro apresenta desde as características do domicílio até a identificação de cada membro que compõe a família e a forma como eles conseguem ter acesso aos demais benefícios do governo. As informações do Cadastro Único são regulamentadas pelo Decreto Nº 6.135, de 26 de Junho de 2007 e pela portaria 177 de 16 de Junho de 2011 que determina os procedimentos para gestão do Cadastro Único.

O Cadastro Único possui duas versões, uma impressa que é preenchida pelo entrevistador do Bolsa Família e é uma forma segura de comprovar aqueles dados fornecidos pelo cidadão. Além disso, a pessoa que fez o cadastramento assina um documento no próprio cadastro para comprovar a veracidade dos fatos e informações repassadas. Já a outra versão do Cadastro Único é um sistema online onde é inserido pelo Técnico Digitador ou Gestor do programa, todos os dados fornecidos no cadastro impresso. Esses dados são enviados para o sistema e tornam-se a fonte principal de dados que o governo utiliza para analisar o perfil das famílias e verificar se elas devem ser contempladas com o benefício do Bolsa Família.

A partir do Cadastro Único, todas essas informações ganham uma maior proporção e podem ser utilizadas para a criação e formulação de outras políticas públicas. Além disso, o próprio Cadastro Único para Programas Sociais é utilizado atualmente como um instrumento de identificação socioeconômica das famílias cadastradas e de grupos tradicionais e específicos e já é a principal ferramenta usada por 18 programas do governo, dentre eles: Programa Bolsa Família, Aposentadoria para pessoa de baixa renda, Isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos, Carteira do Idoso, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida e outros Programas Habitacionais do Ministério das Cidades, além de outros programas.

Levando em conta a realidade de alguns municípios se faz de grande importância conhecer a realidade do município de Areia o qual está sendo estudado nesse artigo.

O município conta com 3.629 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e com cerca de 17.601 famílias cadastradas no Cadastro Único Para Programas Sociais, programa utilizado pelo Governo Federal para cadastramento e identificação das famílias. Como determina o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no Decreto nº.

6.135/2007, que regulamenta o Cadastro Único, disponível na página do Programa Bolsa Família, o Cadastro Único para Programas Sociais é a ferramenta para cadastramento das famílias e para seleção dos beneficiários. Todas as pessoas com renda de até 3 salários mínimos podem ser cadastrados no Cadastro Único, mas não tem necessariamente o direito de receber o benefício do Bolsa Família. O Programa Bolsa Família exige uma renda per capita de até R\$ 140,00 e que a família esteja dentro do perfil exigido.

Dentro do município de Areia, atualmente foi identificada 4.799 famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 140,00 segundo dados encontrados no Relatório de Informações Sociais da Secretária de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) através do Ministério de Desenvolvimento Social e com o objetivo de disponibilizar dados referentes a gestão municipal do Bolsa Família e do Cadastro Único.

## **5. Metodologia**

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa documental e quantitativa, pois é baseada em dados disponíveis nos sistemas e portais. Ela utiliza dados que ainda não tiveram um tratamento analítico. Ainda que os documentos já tenham sido utilizados, eles podem receber outros tratamentos no caso de planilhas e relatórios.

A pesquisa documental tem como base documentos que não sofreram um tratamento e são consideradas como uma fonte primária onde o pesquisador se utilizará dos dados para fazer sua análise e tirar suas conclusões como deixa bem claro

Tem-se como fonte documentos no sentido amplo [...]. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p. 122-123).

Quanto ao tipo de pesquisa quantitativa, a tradução dos dados que são encontrados nas fontes primárias e sua análise constroem o estudo.

A pesquisa quantitativa prevê a mensuração de variáveis predeterminadas para verificar e explicar sua existência, relação ou influência sobre outras variáveis, e supõe um conjunto de unidades de observação comparáveis entre si, procurando refletir o que é comum à maioria das situações. Centraliza sua busca em informações quantificáveis e é adequada para estudar a regularidade dos fenômenos e não suas possíveis exceções. (Campos, 2000, Haquete, 1995).

A pesquisa foi feita por meio da análise de índices disponíveis na Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dados referentes ao Programa Bolsa Família no município de Areia e que são extraídos da base nacional do Cadastro Único. Os valores mensais da folha de pagamento do programa Bolsa Família foram encontrados no Portal da Transparência do governo federal, juntamente com os valores repassados para o Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A pesquisa também contou com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referente ao PIB municipal. Quanto a folha de Pessoal e Encargos da Prefeitura Municipal de Areia, os dados foram concedidos pela própria Prefeitura Municipal de Areia, especificamente pelo setor de contabilidade.

Dessa forma, foi possível fazer uma comparação desses dados verificando o impacto financeiro do Programa Bolsa Família no município de Areia.

Com dados do ano de 2013 discriminados em meses, foi possível fazer uma comparação da folha de pagamento do programa Bolsa Família no município de Areia com as outras variáveis, como: Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb) e a Folha de Pessoal e Encargos Sociais do município de Areia. A comparação foi feita através da análise dos dados e a criação de gráficos comparando as variáveis e os valores obtidos.

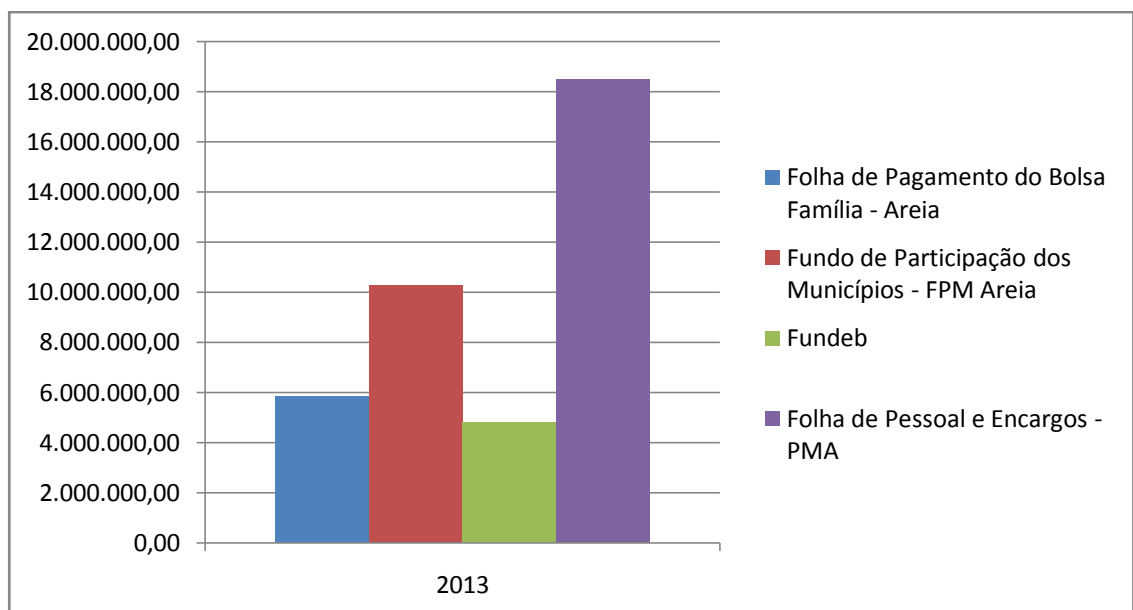
## 6. Análise de Resultados

### 6.1 – Impacto Financeiro do Bolsa Família no Município de Areia

Na análise dos índices encontrados observou-se uma aproximação dos valores pagos mensalmente aos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Areia comparado com a Folha de pagamento de Pessoal e Encargos da Prefeitura Municipal de Areia, bem como desses mesmos valores com o FPM referente ao município de Areia. A Folha de pagamento do Bolsa Família no município de Areia também foi comparada com o Fundeb e seu repasse para o município no ano de 2013.

Segundo o gráfico 1 pode-se identificar e visualizar a injeção de capital proporcionada pelo pagamento aos beneficiários do Programa Bolsa Família.

**Comparativo de valores entre a Folha de Pagamento do Bolsa Família no Município de Areia, o FPM, o Fundeb e a Folha de Pessoal e Encargos Sociais da Prefeitura Municipal de Areia no ano de 2013**



**Gráfico1: Comparativo de valores entre a Folha de Pagamento do Bolsa Família no Município de Areia, o FPM, o Fundeb e a Folha de Pessoal e Encargos Sociais da Prefeitura Municipal de Areia no ano de 2013**

Fonte: Portal da Transparência, 2013  
Prefeitura Municipal de Areia

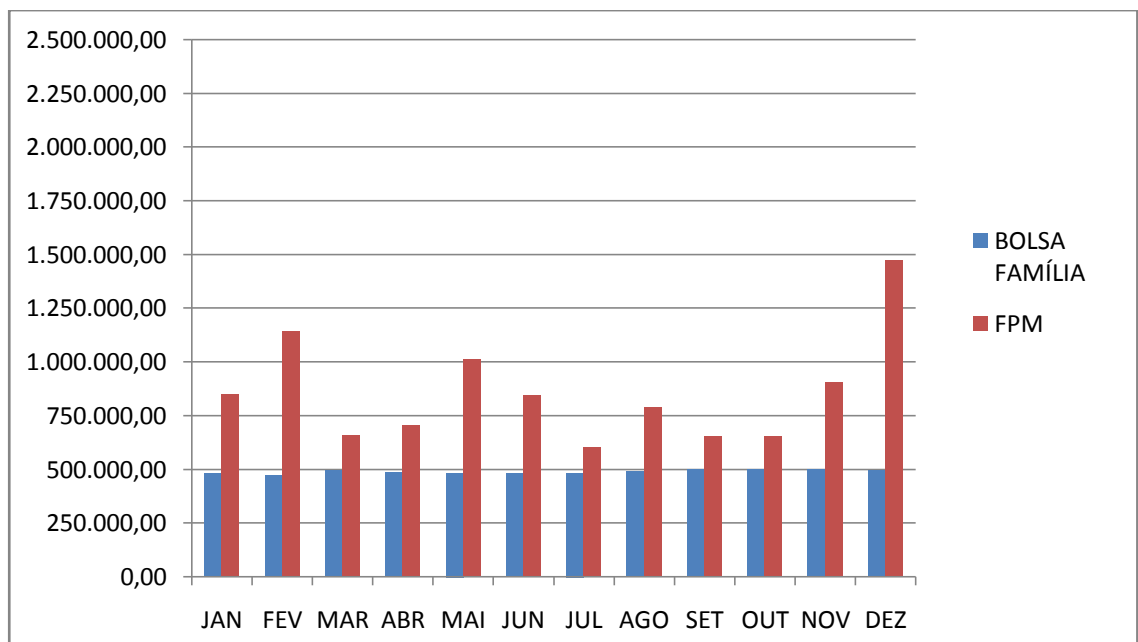
Essa injeção de capital de cerca de R\$ 5.860.406,00 no ano de 2013 referente a folha de pagamento do programa Bolsa Família, além de se aproximar dos valores referentes ao Fundo de Participação dos Municípios (R\$ 10.273.399,92) e o valor transferido pelo governo para o município de Areia no ano de 2013, também demonstra que a folha do Bolsa Família é

maior que o Fundeb e evidência a importância do programa para uma boa parte da população e a inclusão econômica que ela provoca através da distribuição de renda e o quanto esse programa provoca de impacto na economia do município. Todo esse processo de distribuição de renda provoca um maior consumo principalmente em setores como o de alimentos e vestuário, criando assim, maior oportunidade de empregos e uma maior geração de lucros para os comerciantes. Essa maior distribuição de renda é ainda mais visível em todo o comércio de Areia que sofre o reflexo desse crescimento e o quanto esse benefício mensal faz diferença no desenvolvimento de um comércio e na possibilidade que os comerciantes têm de atingir um novo mercado e conseqüentemente gerar mais empregos para lidar com o desenvolvimento econômico e a maior demanda de produtos oriunda da disponibilidade de crédito.

Conseqüentemente, a diminuição ou extinção dessa renda provocaria uma diminuição no consumo e na circulação de capital dentro do município, provocando uma desaceleração econômica e na abertura de novos postos de trabalhos. Esse problema poderia afetar principalmente alguns setores com produtos e serviços de primeira necessidade e que são na maioria das vezes o destino do dinheiro recebido pelas famílias.

Entre eles, podemos citar o setor alimentício e de vestuário, já que boa parte das famílias em situação de pobreza gasta os valores dos benefícios recebidos com alimentação, compra de roupas e higiene. Os gastos das famílias brasileiras com alimentação gira em torno de 500 reais, segundo o IBGE.

#### **Comparativo de valores entre a Folha de Pagamento do Bolsa Família no município de Areia e o FPM no ano de 2013**

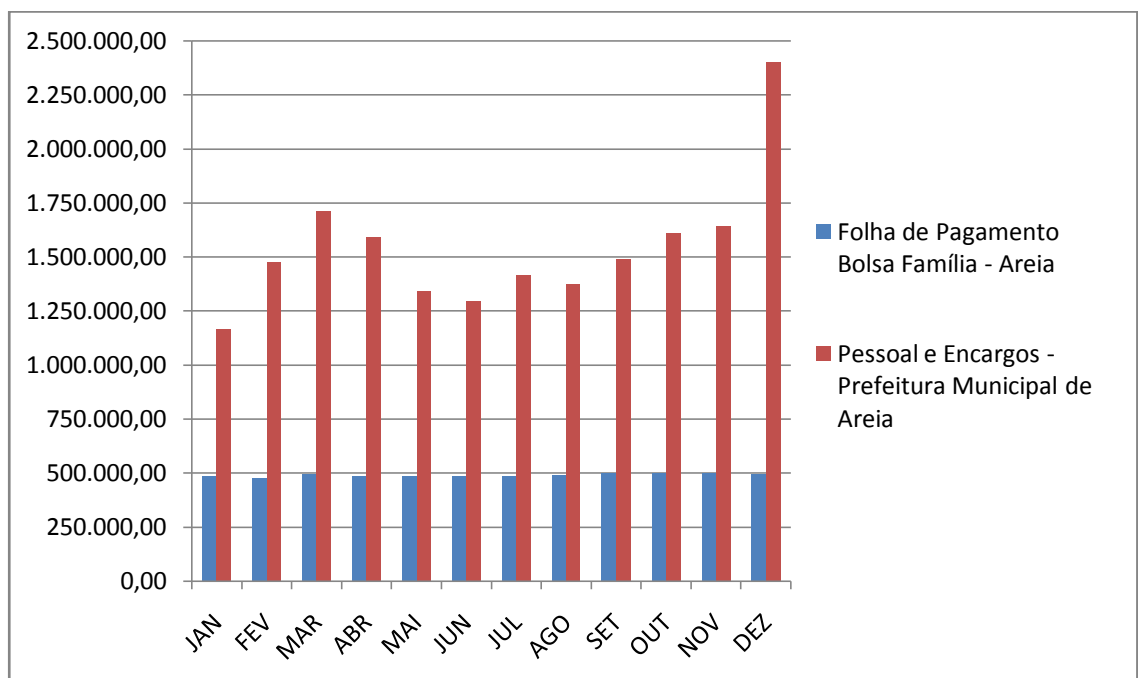


**Gráfico 2: Comparativo de valores entre a Folha de Pagamento do Bolsa Família no município de Areia e o FPM no ano de 2013**



No Gráfico 2, apresentamos um comparativo entre os valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da folha de pagamento do Bolsa Família no ano de 2013. Cada valor mensal detalhado demonstra que os valores mensais da folha do Bolsa Família chega a ser mais da metade do FPM em alguns meses específicos como Julho, Setembro, Outubro, entre outros meses. A variação do Fundo de Participação dos Municípios também é bem maior que a do Programa Bolsa Família, entretanto, é perceptível a queda no repasse, enquanto que o Bolsa Família apresenta um repasse mais uniforme e com poucas variações.

**Comparativo de valores entre a Folha de Pagamento do Bolsa Família no Município de Areia e a Folha de Pessoal e Encargos Sociais da Prefeitura Municipal de Areia no ano de 2013**

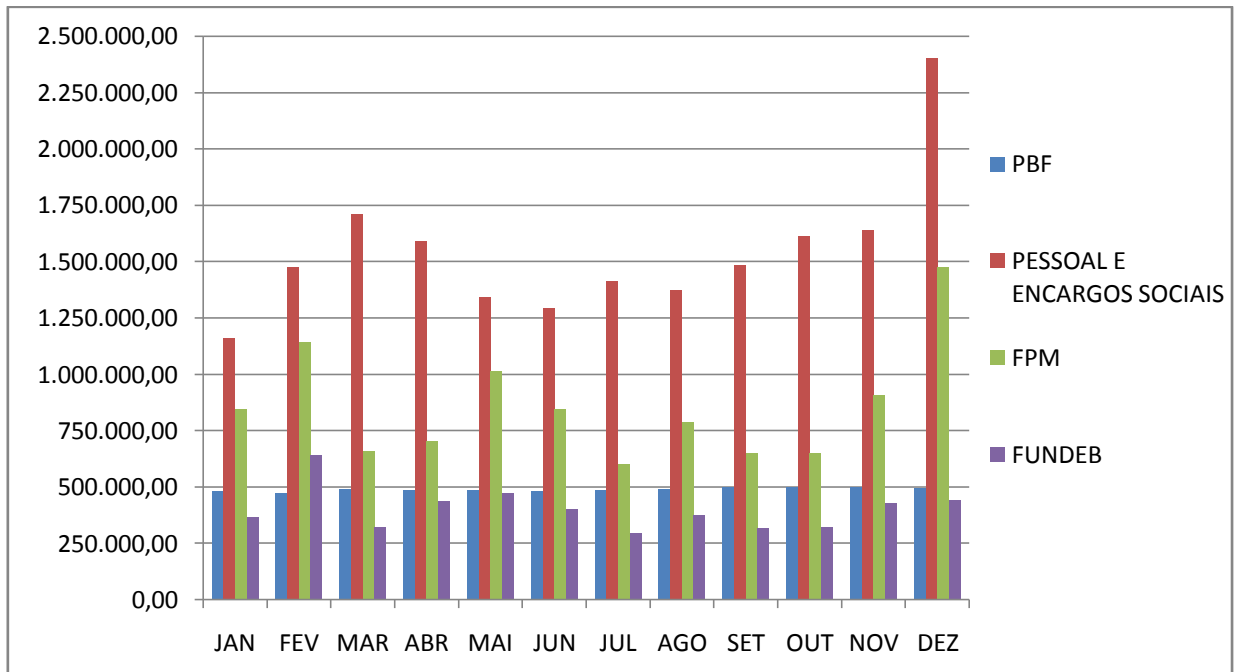


**Gráfico 3: Comparativo de valores entre a Folha de Pagamento do Bolsa Família no município de Areia e a Folha de Pessoal e Encargos Sociais da Prefeitura Municipal de Areia no ano de 2013**

Fonte: Portal da Transparência, 2013  
 Prefeitura Municipal de Areia

Já na comparação entre os valores da folha de pagamento do programa Bolsa Família em Areia com os valores da folha de Pessoal e Encargos Sociais da Prefeitura Municipal de Areia, é possível notar no Gráfico 3 uma diferença bem maior entre os valores, ainda assim, a injeção de capital provocada pelo Bolsa Família é bastante significativa. É importante também lembrarmos que boa parte dos pequenos municípios sobrevive boa parte graças a circulação de dinheiro garantida pelas prefeituras e suas folhas de pagamento mensais.

**Comparativo de valores entre a Folha de Pagamento do Bolsa Família no Município de Areia e a Folha de Pessoal e Encargos Sociais da Prefeitura Municipal de Areia, o FPM e o Fundeb do Município de Areia no ano de 2013 discriminados em meses**

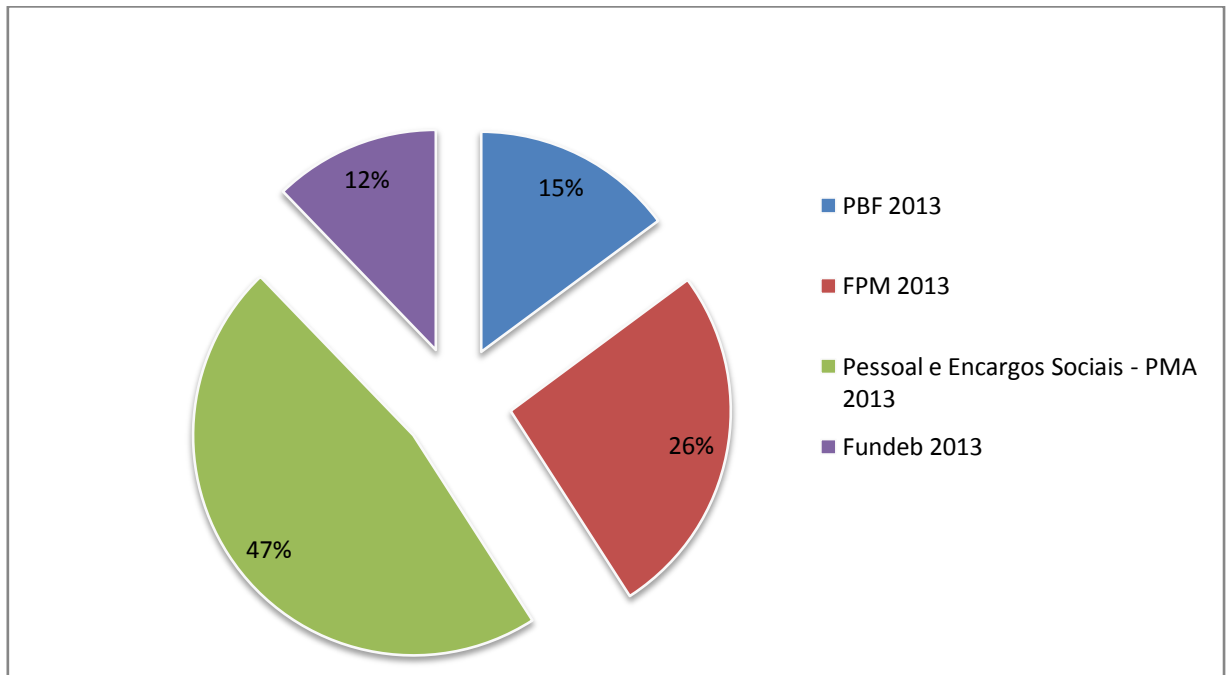


**Gráfico 4: Comparativo de valores entre a Folha de Pagamento do Bolsa Família no Município de Areia e a Folha de Pessoal e Encargos Sociais da Prefeitura Municipal de Areia, o FPM e o Fundeb do Município de Areia no ano de 2013 discriminados em meses**

Fonte: Portal da Transparência, 2013  
Prefeitura Municipal de Areia

O gráfico 4 apresenta todas as variáveis estudadas no artigo e seus valores referentes aos meses de 2013. Nesse gráfico, é perceptível a diferença da folha de Pessoal e Encargos da Prefeitura Municipal de Areia no ano de 2013 em relação as outras variáveis. Mesmo com uma queda nos valores no meio do ano, ainda assim, o valor repassado é o maior e mais importante para o município dentre os índices estudados. Já o FPM repassado pelo governo para o município de Areia, tem uma variação ao longo dos meses, entretanto, fica acima da folha de pagamento do Bolsa Família e do Fundeb, sendo esse último citado, como a menor variável. É importante levar em conta que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica é um valor transferido pelo Governo Federal para os municípios, diferente do Bolsa Família que é repassado para os beneficiários e que na sua maioria possuem crianças inseridas na educação básica do município e a frequência de participação delas é uma condição para o recebimento do benefício.

**Comparativo de valores percentuais entre a Folha de Pagamento do Bolsa Família no Município de Areia e a Folha de Pessoal e Encargos Sociais da Prefeitura Municipal de Areia, o FPM e o Fundeb do Município de Areia no ano de 2013**



**Gráfico 5: Comparativo de valores percentuais entre a Folha de Pagamento do Bolsa Família no Município de Areia e a Folha de Pessoal e Encargos Sociais da Prefeitura Municipal de Areia, o FPM e o Fundeb do Município de Areia no ano de 2013**

Fonte: Portal da Transparência, 2013  
 Prefeitura Municipal de Areia

No gráfico 5 fica bem mais evidente a importância do programa Bolsa Família e o seu impacto financeiro dentro do município de Areia. Os valores percentuais apresentados demonstram que a folha de pagamento do programa Bolsa Família no município de Areia comparada com as outras variáveis do gráfico, é cerca de 15% do total de repasses financeiros do Governo Federal para o município. Sendo maior que o repasse para o Fundeb e se aproximando do Fundo de Participação dos Municípios no ano de 2013. Esse valor é uma parcela importante que movimenta a economia e gera outros benefícios oriundos da circulação de capital devido a inserção de uma camada da população no setor do comércio.

## 7. Considerações Finais

O estudo buscou identificar qual o impacto financeiro do programa bolsa família no município de Areia por meio de um comparativo entre a Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família e o FPM, Fundeb e folha de Pessoal e Encargos Sociais da Prefeitura Municipal de Areia no ano de 2013. No que se refere ao Impacto Financeiro do Programa Bolsa Família, pode-se concluir que o Programa Bolsa Família financeiramente é de grande importância para o município, pois injeta dinheiro na economia local e cria indiretamente empregos e uma melhoria da realidade econômica do município e principalmente daqueles que são beneficiados diretamente ou indiretamente pela circulação de dinheiro oriunda da folha de pagamento do programa.

A partir dos dados obtidos e analisados que foram apresentadas nesse artigo, ficou também evidente a importância das políticas públicas para um desenvolvimento social e econômico que busca inserir todas as camadas da sociedade dentro do processo de desenvolvimento e criar um estado igualitário.

Sendo assim, levando em conta a realidade do município e o número de pessoas dentro da área de vulnerabilidade econômica e social, se faz necessário a utilização de políticas públicas para uma busca efetiva de uma melhoria da sociedade e um desenvolvimento do município que possa contar com a participação de toda a sociedade. Principalmente as políticas públicas de distribuição de renda que permitem a classe mais necessitada o mínimo para sobreviver e conseguir suprir suas necessidades básicas.

No município de Areia, o qual foi estudado para verificar o impacto financeiro da folha de pagamento do programa Bolsa Família, verificou-se no estudo o grau de importância financeira que o programa Bolsa Família adquire dentro do município. O impacto é significativo tendo em vista que ele representa em média cerca de 15% do total dos valores comparados no trabalho e que são repassados diretamente pelo governo federal para o município. É também um impacto financeiro totalmente relevante na comparação feita e se faz necessário para o início e a continuidade de uma mudança significativa na vida dos beneficiários que estão inseridos em famílias com perfil de baixa renda e dentro do ciclo de pobreza. A comparação com outras folhas de pagamento e repasses importantes do governo federal, só evidenciam e confirmam o nível de importância dessa inserção de capital financeiro distribuído entre os beneficiários e o quanto esse dinheiro pode ganhar maiores proporções, girando a economia e trazendo benefícios para toda a população, atingindo diversas classes sociais.

Portanto, o estudo visou colaborar com outros estudos e pesquisas futuras a respeito do programa Bolsa Família e seu impacto financeiro dentro dos municípios e como esse impacto pode ou não ser relevante de acordo com município estudado e sua economia local.

O trabalho não teve a pretensão de esgotar o assunto, mas espera-se ter contribuído com outros trabalhos do mesmo gênero que possam servir de referência para outros municípios do Brasil.

## 8.Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed São Paulo: CORTEZ, 2007, p. 122-123

SANTOS, Tiago Braz. **“Uma Análise Financeira do Programa Bolsa Família”**  
Graduação em Logística e Transportes Faculdade de Tecnologia de Jahu/Fatec Jahu,  
São Paulo, 2002. Disponível em  
[http://www.fatecguaratingueta.edu.br/fateclog/artigos/Artigo\\_85.PDF](http://www.fatecguaratingueta.edu.br/fateclog/artigos/Artigo_85.PDF)

TEIXEIRA, (2002, p.3) **“O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade”**

DALLARI, Dalmo de Abreu, 1931 – Elementos de Teoria Geral do Estado / Dalmo de Abreu Dallari. – 26.ed – São Paulo. Saraiva, 2007.

“Ribeiro, L. M e Estrella, J. “Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada”, disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122008000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000300009)

<http://pb.transparencia.gov.br/Areia/receitas/pelo-cidadao/acoes-por-mes?exercicio=2013&funcao=08&acao=8442>

<http://pb.transparencia.gov.br/Areia/receitas/por-acao/acoes-por-mes?exercicio=2013&funcao=28&acao=0045>

<http://pb.transparencia.gov.br/Areia/receitas/por-acao/acoes-por-mes?exercicio=2013&funcao=28&acao=0C33>

[http://cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico\\_cidades.php?lang=&codmun=250110&idtema=125&search=paraiba|areia|produto-interno-bruto-dos-municipios-2011](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico_cidades.php?lang=&codmun=250110&idtema=125&search=paraiba|areia|produto-interno-bruto-dos-municipios-2011)

[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_13.07.2010/art\\_37\\_.sh tm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_13.07.2010/art_37_.sh tm)

[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/MONIB2/index\\_all\\_drop\\_down.php?p\\_id=382&p\\_ferramentas=1&p\\_sem\\_legenda=0&p\\_encontro=0](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/MONIB2/index_all_drop_down.php?p_id=382&p_ferramentas=1&p_sem_legenda=0&p_encontro=0)